

## Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-023

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

#### Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico

### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
513351353	A2S-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA
<b>Morada (Sede Social)</b>	Edifício da Junta, Rua da Junta de Freguesia, São Miguel de Alcaíça
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
2640-749	SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
962732280	a2saloia@gmail.com
<b>Telefax</b>	

## URL

### Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

### Identificação do Responsável Técnico da Operação

**Nome Responsável**

Márcia Mendes

**Cargo Responsável**

Coordenadora

**Serviço/Departamento**

A2S

**Telefone Responsável**

00351962732280

**Telemóvel Responsável**

00351962732280

**Email Responsável**

a2saloia@gmail.com

**Email Alternativo**

### Experiência da Parceria

**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A A2S, de per si, sendo uma associação constituída legalmente para ser reconhecida como GAL, enquanto organização, não tem experiência na implementação de estratégias de desenvolvimento.

Porém, os membros da parceria (municípios e alguns associados privados) têm participado ativamente na gestão de programas de desenvolvimento local e em projetos de investimento e de cooperação, revelando competências na gestão de políticas públicas, o que se traduzirá num valioso contributo no âmbito das atribuições do GAL e na implementação da EDL.

As autarquias trabalham diretamente no território, conhecem os agentes locais, as comunidades e as respetivas dinâmicas sociais e empresariais e dispõem de competências técnicas e recursos que poderão ser postos ao serviço da EDL, despoletando e apoiando novos projetos, maximizando os recursos existentes e eliminando obstáculos de carácter burocrático.

Os municípios já desenvolvem e apoiam projetos nas áreas da agricultura, turismo, património, social e têm sido promotores e beneficiários de fundos estruturais em anteriores e atuais quadros de programação.

Um exemplo de um projeto relevante, dinamizado pelos municípios, prende-se com a implementação do cabaz PROVE, que visa promover as cadeias curtas de comercialização de produtos fruto hortícolas. Em Loures e Mafra o PROVE dinamiza três núcleos de comercialização, apoia oito produtores locais e contribui para a venda semanal de cerca de 200 cabazes. No futuro, este projeto poderá vir a ser desenvolvido pela A2S, abranger outras partes região saloia e envolver mais produtores locais e consumidores de proximidade. As adegas cooperativas, a CVR e os produtores que não vendem a granel têm competências inequívocas na área vitivinícola, sendo que poderão contribuir para a execução da EDL ao nível do desenvolvimento do enoturismo da região. A sua experiência poderá contribuir para melhorar e maximizar a produção do vinho, incentivar a diversificação das atividades nas explorações agrícolas e valorizar os produtos vitivinícolas. Os seus associados poderão igualmente contribuir para o crescimento do setor e desenvolver projetos que vão ao encontro dos objetivos definidos.

As cooperativas agrícolas e as associações de produtores serão indispensáveis para contribuir para o desenvolvimento de projetos que visem a melhoria da produção, a diversificação das atividades nas explorações agrícolas, a dinamização das atividades relacionadas com a preservação e sustentabilidade dos recursos e com a revitalização das zonas rurais. De destacar a experiência ao nível do desenvolvimento de projetos, o trabalho em rede com os produtores agrícolas e a sua capacidade para dinamizar o setor da agricultura.

As associações empresariais e de comércio têm tido um papel preponderante na implementação de projetos direcionados aos empresários com o objetivo de promover o desenvolvimento económico do comércio e indústria. São parceiros experientes no apoio ao empreendedorismo, à inovação e à cooperação e as suas competências serão indispensáveis no apoio à criação de novas empresas, na valorização e capacitação das pessoas e no desenvolvimento de atividades de cooperação entre as empresas e o setor da investigação/inovação.

As Caixas de Crédito Agrícola serão fundamentais no apoio às empresas e aos novos empreendedores pelo que contribuirão igualmente para facilitar a implementação da EDL.

As organizações do setor social são parceiros com experiência em projetos destinados ao terceiro setor e detêm conhecimentos técnicos e recursos na área da inclusão social. As suas competências serão importantes para dar seguimento ao objetivo estratégico relacionado com a inclusão e responsabilidade social.

O MARL, S.A, que atua na área da distribuição, será um importante parceiro na implementação de cadeias curtas de comercialização e de distribuição. Trata-se de uma organização experiente que contacta diretamente com produtores locais, tem desenvolvido parcerias na área da inovação e da investigação e que tem participado ativamente em projetos de cooperação.

A Tapada Nacional de Mafra dispõe de competências únicas na área da sustentabilidade, quer ao nível da preservação e conservação dos recursos quer ao nível da investigação e será importante no que se refere ao desenvolvimento do turismo na região e à revitalização e diversificação dos espaços rurais.

A EPAV tem contribuído para a valorização e capacitação das pessoas através do ensino e da formação profissional e poderá ter um papel preponderante na implementação da EDL na medida em que poderá apoiar o empreendedorismo, incentivar e fomentar a inovação e a investigação e promover a qualificação e a valorização dos jovens, da população em geral e das comunidades.

No processo de recrutamento da estrutura técnica da A2S, o critério de seleção preferencial será o da experiência profissional prévia na implementação de estratégias de desenvolvimento.

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500008280	Adega Cooperativa da Azueira, CRL			11021	
500051062	MUNICÍPIO DE SINTRA	12/12/2003	12/12/2003	84113	Autarquias Locais
500060789	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S.JOÃO DAS LAMPAS	07/02/1956	07/02/1956	88990	
500868573	Santa Casa da Misericórdia de Mafra				
500899533	Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra	01/09/1975	01/09/1975	94110	
500900329	Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas	10/07/1975	24/09/1975	94110	
500903000	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL	25/05/1957	25/05/1957	64190	
500968110	Adega Regional de Colares, CRL	15/08/1931	01/01/1994	11021	
500968357	Associação Empresarial do Concelho de Sintra	08/05/1943	08/05/1943	94110	
500987610	Cooperativa Agrícola de Loures, CRL	01/01/1948	01/01/1948	64190	
501055843	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures, Sintra e Litoral, CRL	03/01/1927	27/01/1927	64190	
501081526	ASSOCIAÇÃO BENEFICIÁRIOS DE LOURES				
501294996	MUNICIPIO DE LOURES	26/07/1886	26/07/1886	84113	Autarquias Locais
501329544	FRUTOESTE-COOPERATIVA AGRICOLA DE HORTOFRUTICULTORES DO OESTE-CRL	21/03/1978	02/01/1980	46311	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501683755	Centro Social Paroquial São Pedro de Lousa	04/02/1985	01/01/1886	94910	
502177080	MUNICÍPIO DE MAFRA	01/01/1986	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
503035386	Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	22/05/1990	15/11/1990	94110	
503157562	MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	27/12/1993	01/01/1994	68200	

504276719	AGROCOL - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE FRUTOS TRADICIONAIS DA REGIÃO DE COLARES	25/08/1997	25/08/1997	94110	
504295071	Tapada Nacional de Mafra			01702	
504831410	COMISSÃO VITIVINÍCOLA DA REGIÃO DE LISBOA	10/11/2000	10/11/2000	94995	
507261682	CENINTEL - CENTRO DE INTELIGÊNCIA FORMATIVA, ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LDA	06/04/2005	06/04/2005	85593	Escolas Profissionais Privadas

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

#### NUTS III

Área Metropolitana de Lisboa

#### Grupo Ação Local

Rural

#### Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Loures	Lousa	2,51%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Loures	Bucelas	3,70%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Loures	Fanhões	2,22%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Loures	União das freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal	6,39%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Carvoeira	1,71%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Encarnação	3,81%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Mafra	14,27%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Milharado	5,57%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	Santo Isidoro	3,03%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira	3,42%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	3,04%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros	3,48%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça	6,55%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Mafra	União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	7,82%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Sintra	Colares	6,05%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Sintra	União das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	13,32%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Sintra	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem	13,11%

## Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

### Situação atual do território

Verifica-se que, nas freguesias propostas para o território de atuação e em particular em Mafra, ocorreu um crescimento da população residente. Contudo, é de salientar a existência de um decréscimo populacional nas freguesias de Lousa (-7,89%) e Bucelas (-3,15%) do concelho de Loures.

A população residente no território é mais jovem do que a média nacional destacando-se Mafra (19%) e Sintra (17%) pela maior expressão do segmento com idades até aos 14 anos. Já a população em idade ativa diminuiu embora, em 2013, se situasse acima dos 65% em todo o território de intervenção. Quanto ao número de idosos, verifica-se que o concelho com a maior percentagem de idosos é Loures (18,9%) seguido de Mafra (15,2%) e de Sintra (14,8%). A percentagem registada nos três concelhos é inferior à da Grande Lisboa e do país, sendo que o concelho de Loures é o que mais se aproxima dessas médias (19,6%).

Ao analisar a evolução da escolarização da população residente, verifica-se que os níveis estão acima da média nacional. A taxa de analfabetismo e o número de pessoas que apenas completou o ensino básico

sofreram uma descida acentuada, em particular em Mafra (-10,3%) e registou-se um aumento significativo da população que completou o 3º ciclo, o ensino secundário e o ensino superior.

Relativamente à taxa de emprego, deve notar-se que Sintra foi o concelho onde se registou uma descida mais acentuada (-9,3%), seguido por Loures (-7,1%). Já em Mafra registou-se apenas uma ligeira descida (0,6%).

Mafra é o concelho com maior percentagem da população empregada no setor primário (2,6%) ainda que entre 2001 e 2011 se tenha verificado um decréscimo na ordem dos 50%. Os concelhos de Loures e Sintra registam percentagens bastante reduzidas (0,5%) tendo sofrido igualmente uma redução de 0,3 pp. No setor secundário registou-se, nos três concelhos, uma redução na ordem dos 10%, enquanto no setor terciário a população empregada aumentou numa percentagem superior à verificada a nível nacional.

Em 2011, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem nos concelhos de Loures e Sintra era 83,6% e em Mafra 77%. A percentagem de trabalhadores por conta própria aumentou em Loures (4,9%) e Sintra (5,3%) e diminuiu em Mafra (7,6%) sendo de assinalar o facto esta percentagem ser superior às de Loures e Sintra.

De 2001 para 2011, a taxa de desemprego aumentou significativamente em todos os concelhos o que é coerente com o que se verificou a nível regional e a nacional. Destaca-se no entanto que, em Sintra e Loures, as taxas aumentaram quase 50% e Mafra ultrapassou os 50%. No entanto, Mafra é o único concelho cuja taxa de desemprego (9,1%) é inferior às taxas registadas a nível regional e nacional. Loures (12,9%) supera a taxa da Grande Lisboa e Sintra (13,5%) ultrapassa as taxas registadas na AML e no país.

Entre 2009 e 2012, a taxa de decréscimo do PIB por habitante na Grande Lisboa é de -2,6%, superior à registada a nível nacional (-1,5%) e na Península de Setúbal (-1,8%).

Também o índice de poder de compra per capita em Portugal (índice 100), na Grande Lisboa e na Península de Setúbal sofreram uma redução generalizada, sendo de destacar que diminuiu em todos os concelhos da Grande Lisboa, exceto em Oeiras e Lisboa.

Na comparação da variação do pessoal ao serviço, constata-se que o volume de emprego nas empresas diminuiu na Grande Lisboa (-10,6%) acompanhando o que se verificou a nível nacional (-10,8%).

Se se atentar sobre a evolução do pessoal ao serviço nas empresas, entre 2009 e 2012, verifica-se que se registou uma redução significativa do número de empregados em todos os concelhos da Grande Lisboa. Os concelhos da Amadora, Lisboa, Mafra e Oeiras registaram reduções inferiores à média nacional e mesmo à média da AML. Contudo, os concelhos de Loures e Sintra registaram reduções acima da média nacional.

Também o número de empresas entre 2009 e 2012, em todos os concelhos da Grande Lisboa, registou uma redução superior à média nacional.

O volume de negócios das empresas sofreu um decréscimo acima do registado a nível nacional sendo que Mafra é dos concelhos com menor quebra percentual em termos de volume de negócios da Grande Lisboa. Relativamente ao número de empresas por atividade económica verifica-se que nos concelhos de Loures, Mafra e Sintra existe um número de significativo de empresas, sendo que em 2012 agregava 26% do número total de empresas da Grande Lisboa.

A região apresenta boas condições edafoclimáticas para a prática da atividade agrícola com solos considerados muito produtivos e cuja utilização agrícola é ainda muito ativa. O relevo é marcado pela presença de linhas de drenagem naturais, rios e ribeiras que modelam a paisagem, rica em florestas em galeria ripícola e em estruturas geológicas interessantes.

Devido ao clima, solos e orografia, na vegetação natural domina o carvalho-cerquinho, e nas encostas mais quentes, o sobreiro e o pinheiro. Abrunheiros, loureiros, pilriteiros e oliveiras marcam também a paisagem e conferem-lhe riqueza ao nível da agrosilvopastorícia. Também as espécies de crescimento rápido estão presentes no território e têm significado na estrutura do produto agrícola.

O território apresenta uma privilegiada situação geográfica, características ambientais e edafoclimáticas singulares sendo de destacar uma relevante superfície agrícola, bastante produtiva, com elevadas extensões com poucas ou nenhuma limitações ao uso agrícola e ainda outras manchas de solo cuja utilização revela uma excelente adaptação às culturas instaladas, pese embora prevaleça o minifúndio.

A fertilidade dos solos associada à excelente adaptação das culturas ao solo favorece a produção agrícola, em particular a produção de produtos de qualidade, tais como o vinho, produtos hortícolas e frutícolas.

O Turismo 2020 identifica os recursos existentes nos concelhos limítrofes a Lisboa (em particular em Sintra e Mafra) como determinantes para o desenvolvimento do turismo na região de Lisboa.

Em termos de património natural, importa referir que o território de atuação está inserido numa região com uma notável extensão de parques, reservas naturais e áreas protegidas a nível nacional e classificadas a nível europeu pela Rede Natura 2000, dos quais se destacam o Parque Natural de Sintra – Cascais, a Tapada Nacional de Mafra, a Ericeira como a primeira Reserva Mundial de Surf na Europa, a Reserva Natural do Estuário do Tejo e o Parque Municipal do Cabeço de Montachique. O património apresenta características ambientais únicas e uma diversidade de paisagens com zonas ricas e variadas do ponto de

vista da fauna, da flora e da geomorfologia.

Também existe um património material e imaterial com interesse cultural e histórico, classificado como património mundial, nacional ou de interesse público e ou municipal, designadamente:

- ? Sítios e/ou monumentos arqueológicos que remontam ao período da pré-história;
- ? Paisagem Cultural de Sintra classificada pela UNESCO;
- ? Linhas Defensivas de Torres Vedras com importantes construções incluídas na Rota;
- ? Arquitetura religiosa e manifestações da arte barroca;
- ? As quintas e herdades com peso na atividade agrícola.

A região saloia é ainda reconhecida pela qualidade dos produtos locais e pela sua gastronomia. Destacam-se os pratos típicos, a doçaria e os vinhos históricos que são promovidos nas festas, feiras e mercados tradicionais que ocorrem no território.

Relativamente ao setor da agricultura, verifica-se que entre 1999 e 2009, a estrutura da propriedade sofreu profundas alterações o que conduziu ao desaparecimento de muitas explorações agrícolas. Porém, em 2009, a superfície agrícola utilizada (SAU) na Grande Lisboa correspondia a cerca de 33000 ha, sendo 56,5% no conjunto de Loures, Mafra e Sintra.

As freguesias integradas no território de intervenção representam 92% do número total das explorações agrícolas dos três concelhos, sendo que Mafra é o concelho maior número de explorações agrícolas. As explorações agrícolas são maioritariamente de pequena e média dimensão (entre 1 e 20 ha) e pertencentes a produtores singulares de grupos etários envelhecidos.

As culturas temporárias com maior relevância são os cereais para grão, as culturas forrageiras e as culturas hortícolas sendo que as culturas permanentes mais expressivas são os frutos frescos, os citrinos e a vinha. A mão-de-obra agrícola mais significativa nos três concelhos é a mão-de-obra familiar existindo um reduzido número de explorações cujo rendimento depende exclusivamente dessa atividade.

A produção de vinho nos concelhos da Grande Lisboa sofreu oscilações havendo lugar a aumentos e reduções significativas. Mafra e Sintra têm visto a sua produção a aumentar contrariamente a Loures que registou uma redução da produção.

No território existem três denominações de origem, Bucelas, Colares e partes do concelho de Mafra, com uma área de produção reduzida, com castas muito antigas, reconhecidas e endógenas da região (Arinto em Bucelas e Ramisco e Malvasia em Colares) e vinhos históricos com denominação de origem controlada. Relativamente à produção vinícola declarada, em vinho, pelo produtor, por local de vinificação na Grande Lisboa, verifica-se que, no ano de 2013, 100% da produção de vinho (DOC) foi produzida em Loures e Sintra, 91% do vinho com IG LISBOA foi produzido em Mafra, 5% em Loures e 1% em Sintra e 97% do vinho sem certificação, que é somente «vinho», foi produzido em Mafra.

Quanto à produção animal, nos últimos vinte anos, assistiu-se a uma redução significativa do total de explorações e de efetivos. Ainda assim, em 2009, os concelhos da Grande Lisboa com o maior número de explorações com efetivo animal eram Loures, Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira.

O território conta ainda com alta produtividade e tradição para a silvopastorícia e caça e com potencialidade para a produção florestal bem como outros produtos silvestres (bagas, cogumelos, mel). Paralelamente, existe uma grande procura de espaços florestais para recreio, associativismo florestal emergente e excelentes condições para o *Quercus faginea*.

Relativamente às respostas sociais existentes no território, verifica-se que no concelho de Loures existem lacunas ao nível de centros de atividades ocupacionais e de lares residenciais, em Mafra existem algumas carências face ao número de creches, centros de dia e serviços de apoio domiciliário e que Sintra regista fragilidades ao nível dos lares residenciais.

## **Análise SWOT**

### **Principais Oportunidades**

### **Principais Ameaças**



- Existência de financiamentos comunitários
- Candidatura do Palácio e Convento de Mafra a património da UNESCO
- Aumento dos visitantes estrangeiros ao país em particular à cidade de Lisboa
- Crescente procura pelo turismo de identidade/experiência/em zonas rurais
- Valorização da compra de produtos nacionais/locais por parte do consumidor
- Surgimento de novos mercados de consumo e procura dos produtos de qualidade
- Novos estilos de vida e preocupação com a saúde, lazer, etc.
- Existência de feiras internacionais
- Bolsa de terras
- Existência da ERT Lisboa/ Plano Regional do Turismo
- Interesse do mercado inglês pela região
- Disponibilidade da comunidade científica para projetos de cooperação
- Políticas de proteção da natureza
- Atratividade do território para investimento na área social
- Fácil acesso à divulgação através das TIC

### Principais Pontos Fortes

- Condições edafoclimáticas favoráveis e qualidade dos solos
- Regiões vitivinícolas demarcadas
- Produtos endógenos de qualidade
- Empresários agrícolas qualificados e uso de boas práticas agrícolas
- Rota dos Vinhos
- Riqueza e diversidade dos recursos naturais e paisagísticos
- Percursos e roteiros pedestres
- Património cultural, histórico e gastronómico rico e diversificado (classificado e com áreas protegidas)
- Tradição ao nível das artes e ofícios (barroco)
- Feiras, festas e romarias saloias e mercados tradicionais
- Acessibilidades
- Proximidade da capital
- Proximidade dos sistemas de ensino e investigação
- Forte movimento associativo e de voluntariado
- População qualificada e em idade ativa e com know-how
- Recursos no sector da indústria criativa e cinematográfica
- Densidade do tecido industrial e empresarial

### Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- Dificuldade de acesso do território a fundos
- Conjuntura económica e financeira do país e das famílias
- Falta de capacidade de investimento público e privado
- Alterações climáticas (perigo de cheias, risco de incêndio)
- Novas pragas/doenças
- Crescimento urbano
- Fraca ligação das escolas profissionais e universidades à atividade agrícola
- Existência de mercados concorrentes (nacional e internacional)
- Dependência/posição dominante das grandes superfícies
- Existência de monopólio na distribuição
- Aumento dos custos de produção
- Ausência de políticas e de incentivos à recuperação, conservação e proteção do património
- Fraco consumo cultural
- Ausência de estratégias e desinvestimento nas políticas sociais
- Desemprego e emigração
- Índice de envelhecimento versus natalidade

### Principais Pontos Fracos

- Parcelas de pequena dimensão, dispersas e de custo elevado
- Perda de importância dos setores florestal e agrícola
- Diminuição da produção animal e desaparecimento de raças autóctones
- Inexistência de uma marca representativa da região
- Desaproveitamento de áreas com potencialidade agrícola e ou turística
- Ausência de estratégia coordenada para o turismo e para organização da oferta
- Fraca capacidade hoteleira
- Falta de empresas de animação turística e programação cultural
- Degradação patrimonial
- Inacessibilidade do património (horários, sinalética, informação)
- Falta de formação profissional (turismo, hotelaria, património, cultura)
- Degradações ambientais e paisagísticas
- Escassez de respostas sociais integradas (envelhecimento ativo e a intergeracionalidade, competências parentais)
- Sustentabilidade das organizações do setor social

Considerando que as zonas rurais do território têm vindo a perder dinamismo, caracterizando-se pelo crescente abandono da atividade nas explorações, pelo envelhecimento das populações, pela falta de organização e estruturação da oferta turística e pelo aumento do desemprego e da degradação do nível de vida das populações, torna-se importante dar resposta aos seguintes desafios:

- Melhorar a competitividade e atratividade do setor primário, através do apoio a pequenos investimentos e à diversificação da atividade nas explorações
- Apoiar a criação de valor nos territórios rurais, através da valorização de produtos endógenos e tradicionais e da criação e certificação de marcas associadas à região saloia
- Apoiar a criação de mecanismos e circuitos de comercialização e distribuição mais adequados às necessidades dos produtores locais com base em parcerias produtores/consumidores

Dadas as potencialidades dos recursos naturais e patrimoniais do território para o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável, importa criar condições para que a região saloia e os respetivos recursos se tornem mais atrativos, conhecidos e reconhecidos a nível nacional e internacional. Importa estruturar a oferta e promover a região em função das respetivas particularidades. Por isso, torna-se fundamental:

- Apoiar a conservação e valorização do património material e imaterial
- Apoiar investimentos na área do turismo, incluindo a criação e desenvolvimento de produtos próprios, a criação de redes/rotas de oferta turística integrada, inseridas na região de Lisboa
- Apoiar projetos de comunicação da região saloia e da sua oferta

A competitividade do território depende do nível das condições de vida das respetivas populações e, conseqüentemente, da sua capacidade para criar e trazer valor acrescentado à região. Assim, importa capacitar os atores locais e melhorar as respetivas competências, bem como contribuir para melhorar as condições de vida dos públicos mais desfavorecidos através de processos de inclusão social que passam pelo apoio à melhoria das respostas sociais dentro do território, tais como:

- Apoiar projetos de inclusão social e de criação de redes de apoio social
- Apoiar projetos de envelhecimento ativo

De salientar a assunção de um desafio transversal partilhado pela parceria e que visa a criação de emprego sustentável, em todos os setores, com base em projetos económica, social e ambientalmente válidos e inseridos na estratégia global para a região saloia.

Os fatores críticos de sucesso prendem-se com a capacidade dos atores locais para animarem a região e potenciarem os recursos existentes com vista à qualificação dos atores locais da região saloia e com a qualificação dos recursos humanos envolvidos nos projetos. Será fundamental criar uma rede de agentes da região saloia, com forte matriz identitária, inserida na Área Metropolitana de Lisboa, apoiar a modernização das empresas e estimular a cooperação intra e interterritorial.

## **Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)**

### **Objetivos e vocação específica do DLBC**

Para estimular o desenvolvimento económico e social do território, torna-se necessário criar dinâmicas de intervenção orientadas para a competitividade das zonas rurais do território, promovendo a melhoria e a diversificação das atividades exploratórias, potenciando e valorizando os produtos locais, aumentando a sua produtividade para ganhar escala mas assegurando a sustentabilidade dos recursos.

Também será necessário aproveitar as oportunidades emergentes relacionadas com o património e turismo de forma a promover a atratividade do território e a criar novas dinâmicas de desenvolvimento económico.

Assim, a EDL pretende intervir nas áreas temáticas:

- ? Dinamização das zonas rurais
- ? Património, turismo e sustentabilidade
- ? Criação de valor e inclusão social

Considerando os desafios identificados e as prioridades políticas para a região, para o país e para a Europa definiram-se um objetivo transversal, três objetivos de orientação estratégica e nove objetivos operacionais. Face aos índices de ruralidade e às excelentes condições edafoclimáticas das freguesias do território de intervenção definiu-se como primeiro objetivo de orientação estratégica contribuir para a dinamização das zonas rurais.

Neste sentido, definiu-se um primeiro objetivo operacional que visa promover o crescimento e o desenvolvimento económico sustentável nos setores da agrosilvopastorícia. Considerando as favoráveis condições edafoclimáticas pretende-se desenvolver os setores da agrosilvopastorícia criando condições para melhorar as explorações e para as tornar atrativas e competitivas, apoiando o desenvolvimento de novas

atividades, favorecendo a criação de emprego e a fixação no território.

Definiu-se como segundo objetivo operacional apoiar a dinamização e a diversificação das atividades nas explorações contribuindo para viabilização das explorações agrícolas e incentivando a diversificação das atividades maximizando as particularidades dos produtos agrícolas e agroalimentares endógenos e as oportunidades decorrentes da existência de recursos patrimoniais naturais e culturais importantes.

A existência de explorações agrícolas e de solos de qualidade associadas à inovação, comercialização, distribuição e transformação, poderão potenciar novas ideias de negócio dentro e fora das explorações, diversificar as atividades e até promover o turismo em espaço rural.

Dada a existência das regiões demarcadas de Bucelas e Colares (vinhos históricos) importa fomentar uma maior produção agrícola e apoiar a diversificação das atividades na vinha, como por exemplo o enoturismo e o agroturismo.

O terceiro objetivo operacional definido é apoiar a produção, transformação, comercialização e distribuição dos produtos locais. O território conta com produtos hortofrutícolas de alta qualidade que importa preservar e promover procurando estabelecer novas oportunidades de negócio. De salientar ainda a existência de produtos endógenos em vias de extinção (pêssego rosa, pera carapinha,...), cujos circuitos comerciais fizeram declinar a rentabilidade da sua produção, sendo por isso necessário apoiar a sua conservação e preservação bem como a sua comercialização e distribuição através de cadeias curtas.

Será importante criar valor e apoiar cadeias curtas de distribuição de forma a facilitar o escoamento e o consumo dos produtos locais apoiando a comercialização de proximidade dos produtos agrícolas.

Tendo em conta o vasto e riquíssimo património natural, material e imaterial presente no território e a proximidade do mesmo à cidade de Lisboa, definiu-se como segundo objetivo estratégico preservar e valorizar as potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região.

O primeiro objetivo operacional visa apoiar as iniciativas ligadas à conservação e preservação dos recursos patrimoniais promovendo e valorizando economicamente o património natural e cultural de forma a contribuir para a atratividade dos territórios rurais, para a preservação do ambiente e para a utilização eficiente dos recursos naturais.

O segundo objetivo operacional propõe-se apoiar o crescimento e o desenvolvimento das atividades relacionadas com o turismo de forma a promover o empreendedorismo e a criação de emprego dinamizando a economia local.

O terceiro objetivo operacional tem por fim aumentar a visibilidade do património natural e cultural, material e imaterial do território de forma a contribuir para atratividade do território e para a dinamização das economias locais através da qualificação e valorização patrimonial de valor simbólico e comunitário.

Tendo em vista a maximização e otimização das oportunidades existentes para o desenvolvimento local do território, importa criar valor e estabelecer mecanismos de inclusão social que permitam fortalecer o território. Assim o terceiro objetivo estratégico definido pela parceria visa contribuir para a melhoria das condições de vida no território promovendo a inclusão social, a capacitação dos atores locais e valorização e competitividade dos recursos endógenos.

Porque é importante estimular a inovação e encontrar novas respostas sociais para resolver os desafios sociais emergentes, definiu-se como primeiro objetivo operacional a promoção da inclusão social através do apoio ao desenvolvimento de projetos inovadores que deem resposta às necessidades dos públicos em risco e que estimulem a responsabilidade social das empresas/organizações. Assim, poder-se-á apoiar os grupos vulneráveis existentes no território e estimular relações de convivência e de solidariedade.

Para dinamizar a economia local e fomentar a atratividade do território importa contar com agentes com capacidade para promover inovação no desenvolvimento de produtos e para criar emprego, pelo que se definiu como segundo objetivo apoiar a capacitação dos atores locais para o empreendedorismo e para o trabalho em parceria através da sua qualificação profissional e valorização pessoal.

Para promover a competitividade e a atratividade dos recursos endógenos definiu-se como terceiro objetivo operacional criar mecanismos para a valorização e diferenciação dos produtos locais de qualidade.

Complementarmente, definiu-se um objetivo transversal que poderá facilitar o cumprimento dos objetivos estratégicos e favorecer a interação entre os atores locais, e que consiste em apoiar as iniciativas e redes de cooperação para a investigação e inovação com vista ao desenvolvimento dos setores da agrosilvopastorícia, turismo, património e social de forma a trazer valor acrescentado e inovação aos recursos endógenos presentes no território. Para cumprir este objetivo transversal pretende-se recorrer às atividades de cooperação intra e interterritorial através da criação de alianças setoriais e parcerias estratégicas.

Para dar resposta a estes objetivos operacionais pretende-se recorrer a todas as tipologias de intervenção previstas para a Medida 10. Leader do PDR 2020, designadamente: regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas, pequenos investimentos na transformação e comercialização, diversificação de atividades na exploração, cadeias curtas e mercados locais, promoção de produtos de qualidade locais e renovação de aldeias.

No âmbito do POR LISBOA pretende-se igualmente recorrer a todas as tipologias de intervenção previstas. No âmbito do FEDER procurar-se-á conceder apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas através de iniciativas inovadoras de apoio aos grupos alvo desfavorecidos bem como à conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural promovendo a sua valorização económica a conservação, qualificação e valorização de elementos patrimoniais.

No âmbito do FSE serão apoiadas medidas que visem a criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras, o apoio à qualificação e promoção da inovação no desenvolvimento de produtos do setor primário, a promoção de igualdade de oportunidades, capacitação do tecido associativo local, a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e abandono escolar.

Com vista a complementar o propósito de cumprir os objetivos e ações propostos na EDL, será importante:

- Implementar atividades de cooperação intra e interterritorial bem como assegurar uma coordenação e articulação do GAL com outras intervenções desenvolvidas na região;
- Promover a articulação entre os DLBC da região para dar resposta a desafios comuns e à transferência de boas práticas e de conhecimentos em áreas como os circuitos curtos de comercialização e os projetos de orientados para o turismo natureza, equestre e enoturismo;
- Colaborar com a Bolsa Nacional de Terras no sentido de apoiar o acesso a terras com aptidão agrícola, silvo-pastoril e florestal estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento de novas ideias de projeto;
- Articular com centros de informação europeia com vista à capacitação dos atores locais relativamente à informação europeia sobre os setores de intervenção da EDL;
- Participar em projetos de carácter europeu (Erasmus +, Interreg, etc) que visam a melhoria das competências e o desenvolvimento de temáticas que vão ao encontro dos objetivos da EDL;
- Desenvolver planos de comercialização e venda (PCV) de produtos turísticos integrados que possibilitam o financiamento de projetos promovidos por operadores turísticos e que podem trazer valor acrescentado ao nível da oferta turística nas zonas rurais.

### **Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

Pretende-se dar continuidade ao trabalho prévio desenvolvido pela parceria no âmbito da elaboração da EDL e reforçar o seu papel em todas as fases de implementação e execução da mesma. Os membros da parceria serão estruturantes na elaboração do plano de comunicação e divulgação do GAL e da EDL, agindo como multiplicadores e embaixadores no território e no respetivo setor de intervenção. Serão igualmente envolvidos na monitorização e acompanhamento dos projetos e na avaliação e disseminação de resultados e impactos da EDL.

Ao nível setorial os membros da parceria serão aliados estratégicos para estimular a capacitação dos agentes locais e o desenvolvimento de novos projetos relevantes para o território.

As atividades de animação e de acompanhamento da EDL serão sistematizadas num plano de atividades anual que será apoiado e aprovado por todos os membros da parceria.

O processo de análise e seleção das operações será organizado pela parceria com base num sistema de avaliação totalmente transparente garantindo a imparcialidade e igualdade de tratamento entre todos os candidatos. A decisão de seleção basear-se-á exclusivamente nos critérios de exclusão, elegibilidade, seleção e de atribuição previamente estabelecidos e publicados no convite à apresentação de propostas.

A monitorização e apoio aos promotores e aos projetos será realizada regularmente e com o apoio dos parceiros e de entidades pares ou entidades externas ao GAL e de acordo com as necessidades. Pretende-se assegurar que, a qualquer momento, é possível ter um controlo imediato sobre a execução das operações de forma a minimizar a ocorrência de riscos e propor ações de mitigação. Para tal serão desenvolvidos instrumentos de apoio às atividades de monitorização.

A difusão de resultados contribuirá para a prestação de contas junto da comunidade e para incentivar e promover a realização de novos projetos.

O GAL desenvolverá um plano de divulgação e de exploração dos resultados das atividades financiadas com carácter interno, no âmbito dos órgãos da Associação, e com um carácter externo junto dos atores locais e das comunidades envolvidas.

Para maximizar a exploração dos resultados das atividades apoiadas e, assim, o impacto do programa a nível nacional, o GAL organizará ações de divulgação e de exploração de resultados tais como mostras de projetos, seminários temáticos, conferências, publicações, etc. Estas iniciativas promoverão a identificação de boas práticas, o debate sobre os projetos, a apresentação de resultados concretos e dos impactos obtidos.

## Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

As áreas de intervenção prioritárias definidas na EDL correspondem às prioridades estratégicas do PO Lisboa estruturando-se em quatro eixos prioritários: competitividade; inovação e conhecimento; valorização territorial e coesão social.

A EDL para a região saloia assenta em seis pilares estruturantes que estão alinhados com os objetivos definidos a nível regional, nacional e europeu, designadamente, a sustentabilidade na gestão dos recursos naturais e patrimoniais, a capacitação dos agentes locais, a valorização e qualificação territorial, a inovação e o conhecimento, a competitividade e o emprego e a inclusão social.

A EDL vai ao encontro das prioridades estratégicas definidas pela AML na EIDT na medida em que será implementada em territórios específicos, economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional e terá como objetivos principais o empreendedorismo, a dinamização das economias locais, a revitalização dos mercados locais e a sua articulação com territórios mais amplos e o estímulo à inovação social.

Pretende-se garantir o desenvolvimento rural, assegurar a sustentabilidade das economias locais e reforçar a sua atratividade e a sua capacidade para captar investimento, fixar pessoas, empresas e organizações.

A EIDT da AML apresenta-se como um quadro estratégico sub-regional articulado com a estratégia regional e identifica as seguintes prioridades estratégicas:

- PE1 - Articulação entre serviços e produtos especializados valorizando os recursos e a atratividade do território na complementaridade das dimensões do turismo, qualidade de vida e de base ecológica
- PE2 - Valorização do conhecimento e investigação através da promoção da dinâmica entre universidades, centros de conhecimento, inovação e business services, e desenvolvimento logístico
- PE 3 - Valorização da força patrimonial e cultural da região

Como linhas estratégicas de desenvolvimento, a EIDT identifica a valorização da inovação e da diferenciação na criação de riqueza em atividades transacionáveis e a valorização de experiências e vivências humanas e sociais propiciadas pelo território, sendo que as dimensões instrumentais previstas dão primazia à sustentabilidade e à governação concertada e articulada.

A EDL para a região saloia, no seu eixo estratégico relativo à dinamização das zonas rurais, está em linha com a primeira e terceira prioridades estratégicas acima identificadas na medida em que define como eixos estratégicos a dinamização das zonas rurais, o turismo, património e sustentabilidade, a criação de valor, a inclusão social. De acordo com a EIDT “a AML, apesar do pendor nitidamente mais urbano da coroa central dos concelhos da margem norte, apresenta uma conjugação expressiva com valores ambientais e atividades ligadas à agricultura...”.

A EDL prevê a dinamização das zonas rurais, através da melhoria e diversificação das atividades nas explorações agrícolas, apoiando a produção, transformação, comercialização e distribuição dos produtos locais; promovendo a organização dos circuitos curtos agroalimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas e a promoção da inclusão social.

O segundo eixo estratégico da EDL está alinhado com as primeira e terceira prioridades identificadas na EIDT. O turismo e o património são identificados como áreas prioritárias e que visam a valorização dos recursos e a atratividade do território, como se pode constatar no seguinte extrato da EIDT: “o potencial turístico da margem Norte estabelece enfoque no domínio patrimonial e cultural, que se complementa com mais-valias ambientais e paisagísticas, a partir das quais se evidenciam potencialidades de desenvolvimento turístico nos segmentos da natureza e aventura. Evidenciam-se conjuntos de elementos naturais, marcados pela conjugação da Serra de Aires e Candeeiros (classificada como reserva natural) com a Costa Atlântica e o perfil litoral de arribas e escarpas onde se destaca a beleza natural das suas praias (São Martinho do Porto, Ericeira, Sintra, ...), e ainda um conjunto de elementos de matriz rural como são as terras e vales férteis com a rede de linhas de água, onde se praticam atividades ligadas à náutica de lazer e à observação e estudo da flora e da fauna de ecossistemas específicos...”

Importa referir que toda a EDL assenta na preservação e valorização das potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região. Será fundamental que o território seja atrativo tanto ao nível da fixação de pessoas, como de empresas, como de turistas e visitantes.

A EDL prevê ainda apoiar a criação de rotas históricas, culturais, gastronómicas promovendo o potencial turístico e a atratividade da região e apoiar projetos com enfoque nas questões do património material e imaterial e na valorização das potencialidades turísticas destinadas a nichos de mercado específicos (aventura, agroturismo, enoturismo, natureza, birdwatching, investigação/estudo da fauna e flora).

O terceiro eixo da EDL bem como o objetivo transversal da EDL encontram paralelismo com a segunda prioridade estratégica prevista na EIDT. Importa referir o apoio às iniciativas e redes de cooperação para a investigação e inovação visa o desenvolvimento dos setores da agrosilvopastorícia, turismo, património e social. Pretende-se estabelecer parcerias que possam apoiar os atores locais no desenvolvimento de ideias

de projeto inovadoras e os apoiem a enfrentar desafios ao nível da competitividade e da implementação operacional das mudanças.

A implementação da EDL no território permitirá criar mecanismos de valorização/investigação dos recursos naturais e patrimoniais existentes e potenciá-los do ponto de vista do turismo, da qualidade de vida e da sustentabilidade ambiental. De destacar que o território de intervenção contempla elementos naturais e patrimoniais com fortes potencialidades que, por sua vez, estão mencionados na própria EIDT.

No que respeita à sustentabilidade na gestão dos recursos naturais e patrimoniais procurar-se-á apoiar modelos inovadores que incidam na proteção e valorização dos recursos endógenos, naturais, patrimoniais e paisagísticos de forma a gerar novas oportunidades de negócio e a dar resposta aos desafios sociais e ambientais (ex: erradicação de plantas invasoras e educação ambiental para adultos).

A capacitação dos agentes locais será estruturante no processo de desenvolvimento territorial pelo que a realização de iniciativas que apoiem a qualificação do capital humano e a concretização de novas ideias e projetos serão ações a fomentar e a apoiar.

Ao criar condições para promover o investimento, incentivar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, fomentar a criação de emprego e incentivar a conservação e preservação dos recursos contribui-se para a qualificação e valorização territorial e para o reforço da coesão económica, social e territorial.

## Programa de Ação e Investimentos

### Programa de Ação

#### Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A estratégia de desenvolvimento local assenta em três eixos, designadamente: o desenvolvimento económico das zonas rurais, o crescimento do turismo sustentável assente na promoção e preservação do património e a criação de valor e inclusão social numa perspetiva de coesão social. O primeiro objetivo específico delineado visa estimular o crescimento e o desenvolvimento económico sustentável nos setores da agrosilvopastorícia apoiando a dinamização e a diversificação das atividades nas explorações e apoiando o aumento da produção, transformação, comercialização e distribuição dos produtos locais. Com a definição deste objetivo espera-se que haja o desenvolvimento de novas ideias de negócio dentro das explorações que possam ir ao encontro das necessidades de determinados nichos de mercado. Espera-se ainda diversificar e intensificar as atividades dentro das explorações de forma a aumentar a atratividade do território. Pretende-se igualmente divulgar e valorizar a qualidade dos recursos endógenos e dos produtos locais procurando trazer valor acrescentado e maximizar as receitas. O segundo objetivo específico visa a preservação e valorização das potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região. Espera-se apoiar projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas. Também será igualmente importante apoiar a criação de emprego em áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação. A longo prazo espera-se que o território seja procurado por nichos de mercados específicos e que aumente o número de visitantes. O terceiro objetivo específico incide na melhoria das condições de vida no território e na promoção da inclusão social, da capacitação dos atores locais e da valorização e competitividade dos recursos endógenos. Os resultados esperados prendem-se com a criação de emprego, com o desenvolvimento de abordagens integradas e de carácter intergeracional direcionadas para populações provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis e ou desfavorecidos, com a melhoria da qualificação e dos percursos de aprendizagem dos jovens com vista ao empreendedorismo e à inovação e à diferenciação dos recursos endógenos e dos produtos locais de qualidade.

#### Definição da estratégia de desenvolvimento local

Para que os objetivos definidos sejam atingidos, importa definir as linhas de ação inerentes à implementação da EDL. As atividades de dinamização e diversificação das atividades nas explorações incidirão no apoio aos pequenos investimentos necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva agrícola e às oportunidades de negócio relacionadas com as atividades turísticas que visem a competitividade e a geração de receitas. Para apoiar a produção, transformação, comercialização e distribuição torna-se necessário apoiar pequenos investimentos para a promoção e valorização dos produtos locais e de investimentos que visem implementação de circuitos curtos agroalimentares, a comercialização de proximidade e com valor acrescentado. Para preservar e valorizar as potencialidades do território de modo a contribuir para a competitividade da região e para apoiar o crescimento e o desenvolvimento das atividades relacionadas com o turismo, importa apoiar as iniciativas ligadas à conservação e preservação dos recursos patrimoniais através de ações que visem a recuperação e beneficiação do património paisagístico e ambiental de interesse coletivo e seu apetrechamento; sinalética de itinerários paisagísticos, ambientais e agroturísticos; elaboração e divulgação de material documental relativo ao património alvo de intervenção. Para aumentar a visibilidade do património natural e cultural, material e imaterial do território importa apoiar programas e ações de desenvolvimento do turismo associado à natureza, incluindo conteúdos e plataformas digitais e planos de marketing específicos, assentes nos recursos naturais e direcionados para o reforço da visibilidade interna e externa das áreas classificadas e da região. Com vista à melhoria das condições de vida no território promovendo a inclusão social, a capacitação dos atores locais e valorização e competitividade dos recursos endógenos importa estimular o empreendedorismo e a criação de emprego dando resposta às necessidades dos públicos em risco e à responsabilidade social das empresas/organizações. Serão apoiadas ações que visem o empreendedorismo e a inovação social, que estimulem a cidadania ativa e as relações de convivência e de solidariedade local bem como iniciativas que se proponham promover a inclusão ativa para a empregabilidade dos grupos vulneráveis. A capacitação dos atores locais para o empreendedorismo e para o trabalho em parceria, a qualificação profissional, valorização pessoal serão igualmente áreas de intervenção a explorar.

## Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime Simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	13,00	40,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	320 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	3,00	10,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	14,00	435 809,62€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	11,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	7,00	566 857,22€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	4,00	302 323,85€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	4,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	2,00	207 847,65€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos/beneficiários apoiados	0,00	1,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	1,00	56 685,72€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Empresas que beneficiam de apoio	18,00	30,00	Postos de trabalho criados	0,00	0,00	927 090,47€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	26,00	44,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	480 000,00€

### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

### Total da Proposta de Contratualização por Fundo



Fundo	Valor
FEADER	1 889 524,06€
FEDER	927 090,47€
FSE	480 000,00€
<b>Total</b>	<b>3 296 614,53€</b>

### Pressupostos

N/A

### Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

As atividades de cooperação interterritorial destinam-se à criação de parcerias com outros GAL ou outras organizações relevantes com características territoriais idênticas, com o objetivo de partilhar experiências e boas-práticas e de potenciar os benefícios gerados pela implementação da EDL.

Pretende-se promover a solidariedade, o intercâmbio de boas práticas (de participação e cidadania) e a cooperação entre as comunidades rurais e dar voz às comunidades e visibilidade às experiências existentes de trabalho em parceria e em rede, participação e inovação social.

A A2S apostará nas áreas do turismo e património no sentido de promover a atratividade do território enquanto destino turístico propício a nichos de mercado através da criação de rotas e circuitos baseados em experiências.

O turismo equestre é uma área prioritária dado que é um produto com grande potencial de crescimento e com procura regular durante todo o ano. Contribuirá para potenciar a economia local dinamizando o mundo rural e promovendo os recursos endógenos reduzindo a sazonalidade.

Também o enoturismo será uma prioridade sendo que se pretende apoiar as rotas do vinho e o desenvolvimento de estratégias de promoção e divulgação que facilitem os processos de visitação turística em processo de touring independente.

Metas:

- Criar em parceria um produto turístico integrado, à escala regional, com outros territórios
- Criar pelo menos uma rota de turismo

Pretende-se dinamizar os circuitos curtos agroalimentares (CCA) aumentando e facilitando o envolvimento dos pequenos produtores do território. Os CCA pretendem contribuir para inverter a exclusão económica dos produtores, a redução do número de explorações e o abandono de áreas agrícolas, apoiar a organização da produção e a comercialização, sensibilizar os consumidores para as vantagens de consumo local mais sustentável e para a dinamização das economias locais/rurais.

Metas:

- Integrar a parceria PROVE e criar três novos núcleos PROVE envolvendo agricultores do território de intervenção incluindo de agricultura biológica
- Criar uma campanha de informação e comunicação sobre CCA para dar resposta às necessidades dos agricultores (legislação, competências)
- Apoiar a criação, organização e funcionamento de uma cadeia curta no que se refere à comercialização de produtos locais para a restauração coletiva
- Dinamizar dois mercados locais, promovendo, sempre que possível, a criação de regras, metodologias e instrumentos e recursos comuns e partilhados

Mais-valias para o território:

- Sustentabilidade ambiental dos recursos naturais e redução do desperdício alimentar
- Vantagens económicas ao nível do escoamento dos produtos, da comercialização de produtos que de outra forma não seriam comercializados e a aferição de rendimentos mais justos
- Sustentabilidade social através da retenção de valor para o território e da criação de relações entre produtor - promotor - consumidor com potencial para dar origem a novos projetos

Será ainda importante alargar as atividades de cooperação ao nível europeu e internacional estabelecendo parcerias transnacionais com vista a obter financiamentos complementares para o desenvolvimento de projetos de interesse comum, nomeadamente, ao nível da educação e formação profissional, do empreendedorismo dos jovens, da animação territorial, turismo, património, etc.

## Modelo de Governação

### Modelo de Governação

#### **Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição**

Os princípios de funcionamento da A2S e do GAL serão a transparência e a prestação de contas; a segregação de funções; a prevenção do conflito de interesses e a orientação para resultados.

A parceria informal que subscreveu o acordo de parceria para o DLBC rural constituiu-se legalmente como associação de direito privado sem fins lucrativos e os seus órgãos sociais são eleitos em escrutínio secreto, em lista plurinominal, com um mandato de três anos.

A Assembleia Geral (AG) é o órgão supremo da A2S e as deliberações tomadas nos termos legais e estatutários são obrigatórias para os restantes órgãos sociais e para todos os associados. A Direção é o órgão de administração e representação e o Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controlo.

Após o reconhecimento enquanto GAL, os órgãos sociais da A2S desempenharão um papel suplementar, a saber:

A AG da A2S é composta por todas as entidades que assinaram o Acordo de Parceria. É um órgão deliberativo, que reúne anualmente ou sempre que necessário e com competência para:

- Eleger e destituir os órgãos de gestão e de fiscalização da parceria
- Apreciar e votar os planos e relatórios de atividades e o orçamento
- Aprovar, rever, alterar e aprovar o regulamento interno do órgão de gestão
- Emitir recomendações sobre todas as fases de implementação da EDL
- Analisar todas as questões que lhe venham a ser colocadas pelos restantes órgãos da parceria
- Garantir a implementação das intervenções aprovadas pela parceria

A Direção da A2S corresponde ao órgão de gestão da parceria e administrará e gerirá o GAL. Reúne mensalmente, ou sempre que necessário e é composta por sete membros com uma maioria de entidades privadas competindo-lhe:

- Elaborar o seu regulamento interno
- Supervisionar a gestão do GAL
- Garantir a implementação da EDL de forma eficaz e eficiente e, se necessário, propor alterações à Assembleia de Parceiros
- Definir os critérios de seleção a aplicar, no âmbito das medidas cuja gestão está delegada no GAL, em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos definidos na EDL
- Elaborar e submeter à aprovação das AG as propostas dos avisos de abertura de concursos
- Decidir, com base nos pareceres emitidos pela equipa técnica, a seleção das candidaturas apresentadas, de acordo com as orientações técnicas definidas pelas AG
- Propor às AG a aprovação dos relatórios anuais
- Representar o GAL
- Aprovar o Manual de Procedimentos

A estrutura técnica terá seguinte composição e funções:

A Coordenação responderá ao órgão de gestão e deverá articular, coordenar e supervisionar o trabalho da equipa técnica; assegurar o envolvimento dos parceiros e atores locais de forma a garantir a adequada implementação da EDL; manter a gestão do orçamento transparente e orientada para a prestação de contas; garantir a execução dos programas e projetos aprovados; validar o trabalho da equipa técnica; assumir as funções delegadas pelo OG; dinamizar atividades de animação, comunicação e de cooperação; captar outras fontes de financiamento externas e ou complementares; supervisionar a elaboração dos relatórios anuais e dar resposta aos controlos e auditorias efetuados pelas Autoridades de Gestão.

A Unidade Administrativa e Financeira deverá assegurar a gestão administrativa (recursos materiais, humanos, património e logística) e a gestão financeira do GAL, designadamente: supervisionar a gestão financeira e contabilística do orçamento e das operações, contribuir para a elaboração dos instrumentos de gestão financeira; monitorizar e reportar a execução financeira das operações; acompanhar e apoiar as entidades supervisoras e fiscalizadoras.

A Unidade de Planeamento e Projetos intervirá em duas áreas:

- Aconselhamento e animação dos agentes locais (capacitação, informação e aconselhamento, animação territorial, comunicação interna e externa, produção de documentação)
- Gestão das operações (preparar e publicar os convites, receber e avaliar os pedidos de apoio; selecionar as

operações e fixar o montante do apoio; monitorizar a execução da EDL e as operações apoiadas e elaborar relatórios)

A Unidade para a Qualidade e Inovação responsabilizar-se-á pelas seguintes áreas:

- Avaliação – para planear e implementar o sistema de avaliação da EDL (preparação, observação, análise, comunicação e reporting)
- Qualidade e informação - para elaborar o manual de procedimentos do GAL, produzir informação relevante para todas as ações inerentes à implementação da EDL
- Inovação e cooperação - para desenvolver parcerias; participar em redes e projetos no âmbito do plano de ação do GAL e captar fontes de financiamento

O órgão de fiscalização da parceria corresponderá ao Conselho Fiscal que terá por missão fiscalizar os atos do órgão de gestão, dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter à AG e velar pelo cumprimento do disposto no acordo de parceria.

### **Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

Será implementada uma estratégia de monitorização regular e coerente. A abordagem será estruturada, com métodos e instrumentos adequados e baseada nas necessidades dos vários grupos-alvo. Pretende-se assegurar que a qualquer momento é possível ter um controlo imediato sobre a execução das operações de forma a minimizar a ocorrência de riscos e propor ações de mitigação.

O GAL disponibilizará apoio telefónico, presencial, por correio eletrónico e por ofício. Serão elaborados e disponibilizados documentos de apoio para os promotores. O GAL criará e manterá atualizado um documento com as perguntas mais frequentes e colocá-lo-á no respetivo site.

Semestralmente ou trimestralmente serão organizadas reuniões de grupo destinadas aos promotores para disponibilizar informação sobre a execução dos projetos e para apoiar a gestão administrativa e financeira das operações.

O GAL implementará um programa anual de visitas in situ que servirão para apoiar os promotores, recolher informações, divulgar exemplos de boas práticas e estabelecer / manter boas relações entre o mesmo e o GAL. Também poderão ser organizadas na sequência de dificuldades encontradas pelo promotor ou em resposta a problemas identificados noutras ocasiões e ou por outras entidades. No final das visitas, a equipa dará um primeiro feedback ao promotor que dará lugar a um relatório final enviado formalmente e que especificará claramente os pontos e os prazos para o seguimento.

Será ainda necessário assegurar a articulação e o trabalho de cooperação entre o GAL e as autoridades locais competentes no sentido de promover a troca de informação relevante com o objetivo de agilizar processos e procedimentos inerentes à implementação e licenciamento dos projetos.

O plano de avaliação a implementar permitirá recolher informação para elaborar os relatórios anuais de execução, disponibilizar a informação necessária para a avaliação do programa como um todo, acompanhar a evolução da execução da EDL em relação às metas e indicadores de realização previstos e observar as tendências e análise do contexto.

O plano será orientado para a qualidade e dará resposta às exigências dos diferentes interlocutores pelo que será necessário dispor de recursos suficientes e apropriados para fornecer a informação necessária ao acompanhamento do programa assegurando que a mesma está disponível no momento certo e no formato adequado.

O plano será suficientemente aberto e flexível para também poder dar resposta a outras matrizes de avaliação, de carácter externo, preparadas pelas autoridades de gestão ou organismos de avaliação externa e contará com a contribuição dos principais atores relevantes, designadamente: autoridades de gestão, a Rede Rural Nacional, o GAL e os beneficiários.

A Autoridade de Gestão terá um papel estratégico de acompanhamento do processo de acompanhamento e avaliação, a Rede Rural Nacional terá um papel de apoio e capacitação dos GAL, a A2S terá um papel operacional na implementação do plano de avaliação contínua e na elaboração de relatórios e os beneficiários terão um papel de “contribuidores” dado que serão responsáveis pela disponibilização de todos os dados necessários para permitir o acompanhamento e avaliação da EDL ao nível do projeto.

Poderá ainda ser necessário recorrer a outras entidades externas fornecedoras de informação relevante (INE, Ministérios, IFAP, etc.) ou a peritos externos ou internos para realizar atividades de avaliação complementares.

Os tópicos e atividades de avaliação serão concebidos em conformidade com os regulamentos sendo que será elaborado um conjunto de indicadores e questões de avaliação específicos e serão alimentados por sistemas de informação e de gestão de dados adaptados às necessidades de avaliação.

O plano de avaliação incluirá:

- um processo de preparação (revisão das matrizes e das fontes de informação, definição de critérios, ligações aos indicadores, abordagens e calendário e identificação de necessidades)
- um processo de observação (análise da evolução da EDL em relação às metas e indicadores de realização, recolha e armazenamento de informação e dados sobre não beneficiários e observação das tendências e análise do contexto)
- um processo de avaliação e análise (processamento e síntese da informação, análise da contribuição da EDL para os objetivos do programa e dos documentos políticos relevantes, análise dos resultados do programa para os vários objetivos; dar resposta às questões de avaliação e produção de conclusões e recomendações)

Serão utilizados métodos diversificados consoante as necessidades de avaliação, designadamente, o método qualitativo participativo para analisar a eficácia e os métodos econométricos para analisar o impacto. Os indicadores financeiros, de realização, de desempenho, de meta, de resultado e de impacto bem como determinadas questões específicas serão recolhidos em sede de relatório de execução, de análise de informação estatística e de inquérito aos beneficiários e não beneficiários.

Será elaborado um calendário que contará com atividades contínuas, ao nível de gestão e de comunicação e com atividades pontuais de observação, análise, avaliação e reporting.

Após cada processo de avaliação proceder-se-á à comunicação e divulgação dos resultados da baseada em evidências sólidas e com conteúdos ajustados ao perfil dos diferentes públicos-alvo e às respetivas necessidades de informação. Este plano deverá facilitar a reflexão e o debate sobre os resultados, estimular a interação com os stakeholders e orientar as ações futuras para feedback das recomendações e da utilização dos resultados da avaliação.

Os resultados e recomendações decorrentes do processo de avaliação contínua serão do domínio público (relatórios, newsletters, brochuras, reuniões, conferências, seminários, etc.) e induzirão a redefinição das linhas de ação e a incorporação dos resultados da avaliação na implementação da EDL.

Para implementar o sistema de avaliação será importante que a estrutura técnica detenha os recursos e as competências necessárias para assegurar a existência de informação, atualizada, relevante e atempada; garantir o controlo de qualidade dos relatórios de avaliação; disponibilizar os dados e resultados da avaliação e comunicar os resultados.

A A2S criará uma unidade, dentro da estrutura técnica, responsável por desenvolver e implementar o plano de avaliação contínua. Será ainda elaborado um manual de procedimentos interno que orientará a organização para a qualidade, eficácia e eficiência dos resultados e que incluirá as questões relacionadas com o sistema de avaliação.

Os recursos necessários estimados são os seguintes: recursos humanos, capacitação, divulgação, informação, aquisição de informação e sistema de informação.

No final do programa proceder-se-á à realização de uma avaliação ex post que terá como objetivo principal a apreciação dos efeitos da implementação da estratégia.

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	ÓRGÃO DE GESTÃO.docx	24/07/2015 21:17	208173420
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-023.pdf	24/07/2015 21:18	208173420
Outros	Justificação_reformulação de metas.pdf	15/12/2015 17:58	513351353
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-094.pdf	10/09/2015 15:42	
Protocolo de parceria	ANEXO3_A2S - Acordo Parceria.pdf	21/07/2015 14:16	208173420
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-023.pdf	16/12/2015 10:56	

**Resumo dos Dados:**

Nome Beneficiário	A2S-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA	NIF	513351353
Submetido por	MARCIA REGINA DOS SANTOS MENDES	NIF	208173420
Data de Submissão	16-12-2015		